

O tema “Companhia de Jesus” no livro “Noções de História da Educação” de Theobaldo Miranda Santos

Resumo: Este trabalho resulta de um projeto de iniciação científica desenvolvido entre 2014 e 2015 que contou com financiamento da Fundação Araucária de Desenvolvimento Científico. Analisa a abordagem da temática “Companhia de Jesus” em um manual de História da Educação, publicado em 1945 pela Companhia Editora Nacional e escrito por Theobaldo Miranda Santos. O objetivo do trabalho é analisar um dos discursos presentes na formação de professores durante o século XX a respeito da História da Educação no período colonial, especialmente acerca da atuação dos padres jesuítas. O manual em questão, “Noções de História da Educação”, faz parte de um projeto editorial empreendido nos anos de 1930 e 1940 pela editora, que tinha os professores em exercício e também aqueles em formação como público-alvo específico. Esta análise considerou o autor como intelectual católico com papel na organização da cultura brasileira naquele momento da história; assim, foi importante analisar Theobaldo Miranda Santos e a obra “Noções de História da Educação” inseridos em um contexto maior de disputas pelo próprio campo educacional ao longo da primeira metade do século XX.

Palavras-chave: História da Educação; Intelectuais; Companhia de Jesus; Século XX.

Introdução

Este trabalho analisa a visão de Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil durante o período colonial; como principal fonte, utiliza sua obra “Noções de História da Educação”, publicada originalmente em 1945. O livro foi escrito com o propósito de ser usado como material didático em Escolas Normais, Institutos Educacionais e Faculdades de Filosofia. Seu autor foi um importante intelectual ligado ao catolicismo que publicou aproximadamente 150 títulos no decorrer de sua vida profissional. O objetivo do texto é analisar um dos discursos presentes na formação de professores durante o século XX a respeito da História da Educação no período colonial, especialmente acerca da atuação dos padres jesuítas.

Parte-se do entendimento que a obra intelectual de um autor pode ser tomada como fonte para a escrita da História da Educação. Nesse sentido, os textos produzidos e publicados pelos intelectuais representam um determinado projeto social, que também pode ser considerado um projeto educacional, em última instância. Desse modo, mais do que conteúdos da disciplina de história da educação, a análise do livro “Noções de História da Educação” de autoria de Theobaldo Miranda Santos, contribui para o entendimento de um período histórico e para desvelar os debates educacionais travados naquele contexto.

A análise aqui apresentada considerou diferentes aspectos relacionados ao autor, à obra e ao período em que ela foi produzida. Como referencial teórico, foram utilizados os textos de Antonio Gramsci (1982) e suas concepções sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura.

Theobaldo Miranda Santos e as “Noções de História da Educação”

Theobaldo Miranda Santos nasceu no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Campos, no ano de 1904. Concluiu estudos em Odontologia e Farmácia no Colégio Grambery, em Juiz de Fora e mais tarde iniciou sua carreira profissional como professor primário, em Manhuaçu (MG). Em 1928, ao retornar para sua cidade natal, atuou como Diretor e professor das disciplinas de Física, Química e História Natural, do Liceu de Humanidades, uma instituição de ensino secundário (CALIXTO; QUILICI NETO, 2013, p. 01).

Sua trajetória como escritor se iniciou na década seguinte. Nos anos 1930, há vários artigos seus escritos para jornais e revistas, dentre as quais se destaca “A Ordem”, principal veículo de comunicação católico daquele momento. Nessa revista, através de um artigo de sua autoria saudando Alceu Amoroso Lima, Santos deixou nítida sua posição em defesa do catolicismo (ROBALLO, 2007, p. 25).

Theobaldo Miranda Santos foi nomeado também para alguns cargos políticos, o que permite perceber um pouco sua posição intelectual de destaque. Em 1941, foi nomeado Diretor do Departamento de Educação Técnica e Profissional e em 1942, Diretor Geral do Departamento de Instrução Primária da Prefeitura do Rio de Janeiro. Mais tarde, após ter sido aprovado e nomeado no concurso público para a cátedra de Filosofia da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1944), Theobaldo ocupou interinamente, por duas vezes, a função de Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e também o cargo de Diretor do Departamento de Difusão Cultural (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 7).

A partir de sua aposentadoria, em 1958, Theobaldo se dedicou exclusivamente à escrita de livros para serem utilizados em diferentes fases da educação. Até seu falecimento, em 1971, aos 66 anos de idade, o autor produziu mais de 150 títulos, publicados por diferentes editoras e com relativo sucesso editorial. Uma vasta obra, que pode se constituir em fonte para o estudo da História da Educação.

[...] a partir da década de 1930 sua carreira se consagra e transita entre o meio educacional/administrativo e literário, sendo considerado o autor que mais publicou em quatro décadas. Segundo a Editora Companhia Editora Nacional o autor escreveu 150 obras sobre diversos títulos [...]. Todas as coleções tiveram bons resultados editoriais assim como os diversos Manuais que escreveu para o curso de Formação de Professores. (CALIXTO; QUILICINETO, 2014, p. 02).

O manual aqui selecionado para análise, “Noções de História da Educação” de Theobaldo Miranda Santos é o volume dois da coleção Curso de Psicologia e Pedagogia, organizada pelo autor, e lançada pela Companhia Editora Nacional no ano de 1945. Faz parte, nesse sentido, de um projeto maior tanto de seu autor quanto da editora. É o que passamos a analisar na sequência.

A Companhia Editora Nacional e os debates educacionais nos anos 1930 e 1940

A Companhia Editora Nacional iniciou suas atividades no ano de 1925, quando foi fundada por Octalles Marcondes Ferreira (1901-1973) e José Bento Monteiro Lobato (1882 - 1948), dentro de um contexto em que não havia uma cultura de leitura entre brasileiros devido a uma série de fatores que dificultavam o investimento editorial em território nacional. A estratégia adotada pela editora foi mudar os padrões tradicionais de edição de livros: começaram a chamar artistas para ilustrar as capas, ampliaram os locais de venda das obras (não ficando restrito apenas a livrarias), lançaram no mercado novos autores e também investiram em publicidade nos veículos de informação (DUTRA, 2004, p. 04).

Dentre as novas estratégias adotadas pela Companhia Editora Nacional, uma que desempenhou papel significativo para o crescimento da editora foi organizar a publicação de coleções:

As coleções foram uma expressão material de política de popularização da leitura, e também da especialização profissional e divisão de trabalho no campo editorial, uma vez que demandava políticas de acervos editoriais e reforçava o papel estratégico do editor, que se tornava um especialista responsável tanto pela definição de um perfil, ao decidir pelo critério de reunião, ou de seleção de obras, de uma coleção – seja pelas compilações de autores sobre um mesmo tema; em obras de um mesmo gênero ou destinação reunidas em série, ou, compartilhando traços materiais uniformes, como cor, logotipo tamanho – quanto pelo direcionamento da atuação da editora para determinadas faixas do mercado de livros. (DUTRA, 2004, p. 06)

Baseado em um modelo vindo da França, onde os editores queriam cativar novos leitores através de novas estratégias, assim como os donos da Companhia Editora Nacional, este tipo de edição era publicada em maior escala e com o custo menor e, além disso, possuíam um público-alvo específico (DUTRA, 2004, p. 06). A coleção de Theobaldo Miranda Santos, por exemplo, tinha como público-alvo os professores de Cursos Normais, Institutos de Educação e Filosofia. Os manuais editados por ele supriam uma falta no mercado por livros escritos em território nacional que tratassem de formação de profissionais da educação.

O primeiro sucesso da editora foi a coleção Brasileira que fazia parte da série Biblioteca Pedagógica do Brasil. Organizada por Fernando de Azevedo, a coleção foi lançada em 1933, ao mesmo tempo em que era criada no governo Vargas, o Ministério da Educação e Saúde. A coleção surgiu dentro de um projeto de nacionalização da cultura brasileira, tendo coleções que tratavam de literatura infantil, com obras de Monteiro Lobato, uma voltada para a divulgação de científica, livros didáticos e uma que tratava de atualidades pedagógicas, com a intenção de contribuir na formação de professores (DUTRA, 2004).

Também é importante considerar que o lançamento da coleção de Fernando de Azevedo estava inserido em um período de disputas entre duas correntes pela hegemonia no campo educacional: os escolanovista e os católicos. Antes de haver esse embate e separação, entre fins da década de 1920 e início dos anos 1930, a gênese dessas duas vertentes se encontra no interior da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924. Dividida por regiões e com membros das mais diversas áreas, como médicos, pedagogos, escritores e jornalistas, a associação teve grande importância no cenário educacional; de suas quarta e quinta conferências, saíram o Manifesto dos Pioneiros da educação Nova e o capítulo “educação e cultura” da constituição de 1934 respectivamente (MONARCHA, 1989). O documento elaborado por Fernando de Azevedo, escrito em 1932 e assinado por intelectuais, defendia uma educação gratuita, obrigatória, laica e a criação de um programa educacional em âmbito nacional.

Os escolanovistas tinham como intenção a mudança da visão da que chamaram de Escola Tradicional a renovando nos moldes da modernidade capitalista. Graças aos avanços das áreas de biologia, psicologia e sociologia e posteriormente a sua incorporação pela pedagogia, foi possível uma melhor compreensão sobre todo o crescimento da criança.

[...] a pedagogia da Escola Nova se apresenta como científica, e repudia os métodos mecânicos e coercitivos da Pedagogia Tradicional. Um novo ideal de educação busca consolidar-se: as concepções de programa, organização e procedimentos didáticos se modificam e o trabalho escolar passa a ter outros objetivos (MONARCHA, 1989, p. 13).

Além dessa crítica aos métodos, os escolanovistas afirmavam que a pedagogia tradicional era aristocrática: “O ideal de virtude, condição da liberdade e da ação moral, isto é, o dever enquanto imperativo categórico expressava uma cultura aristocratizada, típica do século XIX, e era insustentável nos novos tempos” (MONARCHA, 1989, p. 14).

Se por um lado os renovadores da educação se organizaram, por outro, também os católicos e os defensores de uma pedagogia mais tradicional também passaram a realizar algum tipo de enfrentamento. As disputas entre os dois setores pela hegemonia no campo educacional, marcam os debates educacionais nas décadas de 1930 e 1940. As reformas educacionais empreendidas por Francisco Campos (1891-1968) a partir de 1932 constituem exemplos disso:

1. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; 2. Decreto nº 19.851, da mesma data, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; 3. Decreto nº 19.852, também da mesma data, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; 4. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; 5. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do País; 6. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; 7. Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário. (MORAES, 1992, p. 296)

Nessas reformas, Francisco Campos esteve em constante diálogo tanto com escolanovistas quanto com os católicos. Em 1934, foi promulgada uma nova constituição e ambas as vertentes foram ouvidas:

Esses interesses envolvidos na discussão sobre a educação no país se farão representar na Constituição de 1934, que, em seu texto, atendeu a algumas reivindicações dos renovadores, defendendo a educação como direito de todos e dever do Estado, tanto quanto a algumas reivindicações dos setores católicos, por exemplo, ao prever o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. (ANDREOTTI, 2006, p. 106)

Como nos apresenta Moraes (1992, p. 307 e 308) em toda vida política de Campos é nítida a sua aliança estratégica com a Igreja; mesmo defendendo um estado laico, Campos via a

importância que a igreja tinha no papel político, ao ponto de recomendar ao presidente, através de uma carta, a inclusão do ensino religioso facultativo nas escolas, o que havia sido atendido em 1931, e posteriormente na constituição de 1934.

Campos foi substituído por Gustavo Capanema, no mês de julho do mesmo ano da nova constituição. O novo ministro deu continuidade às reformas educacionais e manteve aliança entre governo e a instituição católica:

As consequências da aliança entre o Estado e a Igreja foram não só a institucionalização do ensino religioso nas escolas públicas, mas também o fato de que a Igreja passa a aceitar uma presença ativa do Estado no campo educacional, até então dominado por essa instituição milenar. Além disso, a polarização das discussões pautadas pelo dueto educação pública x educação privada abriria ainda mais espaço à atuação da Igreja - que defendia o ensino privado e confessional. (SOUZA, 2014, p.07)

Nesse contexto de disputas entre dois posicionamentos distintos pela educação no país, podemos analisar o manual de Theobaldo Miranda Santos. Publicado em 1945, como parte de um projeto editorial, de vender livros para a formação de professores, o livro “Noções de História da Educação” não poderia de outra forma, manter-se isento em relação aos debates do período. Assim como seu autor. Theobaldo foi um intelectual comprometido com determinado projeto de sociedade e de educação, e a análise do tema “Companhia de Jesus” em seu manual de História da Educação contribui para desvelar este projeto.

O tema “Companhia de Jesus” nas “Noções de História da Educação”

Geralmente, o primeiro elemento com o qual nos deparamos em um livro é sua capa. No caso das “Noções” de Theobaldo, a capa traz uma informação importante sobre o público-alvo visado pela editora: “Para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia”.

O livro não se constitui uma produção inédita do autor; Santos compôs seu manual através de:

(...) resultado de fichamentos, resumos e preparações de aula, e que foram posteriormente editados. Compêndios de análises rápidas, sumários como o próprio autor os definia nas “Advertências” o que nos leva a inferir que escrever manuais não parece ter sido uma atividade secundária no conjunto de seus afazeres, mas fruto do que ele próprio julgava ser do “fazer docente”: divulgar esse fazer, os pressupostos que o guiaram e, portanto, um complemento daquilo que fazia em sala de aula, pois, assim, os seus manuais

alcançariam a muitos mais futuros docentes. (MORAIS Apud ROBALLO, 2007, p. 25).

O manual possui 509 páginas e, além de uma introdução, é dividido em oito temáticas e um apêndice. A estrutura dos capítulos é de abordagem cronológica, sendo que o primeiro capítulo começa com a Pré-história e o último se encerra no século XX. O interessante é que para a história da educação brasileira, o autor separou apenas um apêndice ao final do livro, dividido em período Colonial, período Monárquico e período Republicano. “Esse montante representa aproximadamente 5,3% do conjunto da obra, o que demonstra ainda a fragilidade da produção historiográfica brasileira da educação, em relação à produção acadêmica de uma História da Educação, de caráter mais geral” (Lima, 2013, p. 07).

O período Colonial¹ é amplamente concentrado na atuação da Companhia de Jesus; seu início é marcado com a chegada dos padres a colônia em 1549 e se encerra com as reformas pombalinas. No primeiro parágrafo sobre o tema, já temos uma idéia da posição de Santos com relação à atuação da companhia:

“Os jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil. Pioneiros da Contra-Reforma na sua reação vigorosa contra a revolução protestante, eles colocaram a catequese dos silvícolas e a educação das novas gerações como principais objetivos da sua Companhia. Estavam solidamente preparados para essa missão. Possuíam uma fé religiosa viva e inquebrantável, aliada a uma cultura humana ampla e profunda.” (SANTOS, 1957, p. 485).

Note-se uma exaltação da Companhia de Jesus e de seus membros, pois o autor justifica o preparo dos jesuítas com a missão por conta de uma “fé religiosa viva e inquebrantável”. Além disso, Theobaldo valoriza o trabalho dos padres a partir da descrição de todo tipo de dificuldades que eles encontraram:

[...] quando os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, havia meio século que os portugueses o tinham descoberto. A situação em que se encontrava a colônia, nessa ocasião, era a mais triste e desoladora [...] Portugal só se importava em explorar, avidamente, as riquezas naturais do Brasil, sem se interessar pelo desenvolvimento de sua civilização e pela expansão da sua cultura. (SANTOS, 1957, p. 486)

¹ Vale ressaltar que para compor seu texto sobre a educação no Brasil, segundo a biografia apresentada ao final do apêndice, dos 23 trabalhos utilizados, cinco tratam sobre o período colonial: “A Instrução nos Tempos Coloniais”, de M. D. Moreira de Azevedo; “Os Jesuítas no Brasil”, de Pe. L. G. Cabral; “Os Jesuítas e o Ensino”, de J. Pandiá Cológeras; “História da Companhia de Jesus”, do Pe. Serafim Leite; e a “Liberdade dos índios, a Companhia de Jesus e a sua Pedagogia”, do Pe. J. Madureira.

Se Portugal não se interessava em desenvolver a “civilização brasileira”, isto coube, na visão do autor, aos padres da Companhia de Jesus. A educação “brasileira” é tomada como feito inestimável dos jesuítas em meio a condições hostis e muito adversas.

[...] Tiveram que lutar ainda contra a ganância e a desonestidade dos funcionários portugueses e a cupidez e o despotismo dos senhores de fazendas e de engenhos, bem como contra a licenciosidade e o desregramento moral que dominavam, na época, a vida social da colônia. Podemos acrescentar a tudo isso o desinteresse geral do povo pelo ensino e pela cultura [...] Tudo isso realça, de modo eloquente, o valor inestimável da obra realizada pelos jesuítas em prol da educação brasileira. (SANTOS, 1957, p. 486)

Quando se refere ao padre José de Anchieta, um dos principais missionários no século XVI, Theobaldo explicita também sua exaltação em relação aos feitos dos jesuítas:

A alma da catequese e da educação no período colonial foi, sem dúvida, José de Anchieta (1533-1597) [...] Tudo indicava que sua vida seria calma e efêmera. Mas uma vontade de ferro e uma fé inabalável fizeram-no levar, durante quase meio século, uma existência dura e uma obra grandiosa e imortal. Além de virtuoso e santo, José de Anchieta possuía sólida cultura intelectual (SANTOS, 1957, p. 487).

O ideal de sociedade civilizada para Theobaldo Miranda Santos se define a partir do próprio cristianismo, da moral cristã. Nesse sentido, a “expansão da civilização” é relacionada com a atuação dos padres, que romperam com uma sociedade selvagem (indígena) e instalaram um modelo civilizado (cristão-europeu):

À medida que catequizavam e ensinavam, os jesuítas iam expandidos a civilização. Seus colégios eram centros de irradiação social, econômica e espiritual. Sob sua influência, os índios se reuniam em aldeia, perdiam os hábitos primitivos e ferozes, aprendiam as técnicas da agricultura, construía casa, constituía famílias, viviam dentro dos princípios da moral cristã. (Santos, 1957, p. 490).

Perto de encerrar o texto sobre o período colonial, Santos afirma que “os filhos de Santo Inácio pagam com a prisão e o sofrimento os benefícios prestados, durante dois séculos, a Colônia” (Santos, 1957, p. 491). As reformas pombalinas teriam sentenciado a morte do ensino na colônia:

A reforma de Pombal lavrou a sentença de morte do ensino na Colônia. As instituições escolares que se fundaram, a partir da expulsão dos jesuítas, insuficientes e fragmentárias, dirigidas por professores mercenários e incompetentes, jamais poderiam substituir as escolas bem organizadas da Companhia de Jesus cuja força educativa consistia, sobre tudo, no ideal superior que as impulsionava. (SANTOS, 1957, p. 491).

A valorização da moral cristã como condição para a fundação de uma sociedade civilizada é um elemento importante quando considerado no contexto de produção da obra, isto é, no período em que católicos e escolanovistas disputavam o campo educacional no cenário político brasileiro. É possível notar certo alinhamento de Theobaldo Miranda Santos com o pensamento católico e uma defesa da obra jesuítica em sintonia com o próprio projeto católico de nação no começo do século XX.

Conclusão

O livro “Noções de História da Educação” de Theobaldo Miranda Santos é exemplo do tipo de escrita que ao longo do século XX contribuiu para a consolidação da História da Educação como disciplina nos cursos das Escolas Normais e demais cursos de formação de professores. Tomá-lo como fonte para a pesquisa em História da Educação é, nesse sentido, importante para reconstruirmos discursos e disputas que se acentuaram no processo de consolidação da própria área de História da Educação, bem como no próprio campo educacional de maneira mais ampliada.

Além disso, o estudo permitiu pela ótica dos trabalhos sobre intelectuais e História da Educação, discutir projetos de sociedade e de educação em disputa em um determinado contexto histórico. No caso específico, ao analisarmos o manual de Theobaldo Miranda Santos, um intelectual ligado ao catolicismo brasileiro no século XX, foi possível articular sua obra com o próprio projeto católico de sociedade.

A análise do apêndice do livro, referente à história da educação brasileira, demonstra um posicionamento favorável de seu autor acerca da atuação da Companhia de Jesus na educação no período colonial. Seu alinhamento com o ideal cristão de educação e sociedade rendeu-lhe um discurso engrandecedor da atuação dos padres jesuítas no processo de colonização. Em suma, Santos interpreta a educação colonial como ação jesuítica de forma que, sem eles, a própria “civilização brasileira” não existiria.

Referências

ALMEIDA FILHO, O. J. de. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos (1941-1975)**. Tese de Doutorado em Educação. Orientadora: Dra. Maria Rita de Almeida Toledo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008. 368 f.

ANDREOTTI, A. L. A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930 - 1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006.

CALIXTO, J. A.; QUILICI NETO, A. Pensamento Educacional de Theobaldo Miranda e suas reflexões no manual de Filosofia da Educação: Breves Apontamentos Históricos. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013.

DUTRA, E. F. Companhia Editora nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. In: **I Seminário sobre o Livro e a História Editorial**, 2004, Rio de Janeiro.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LIMA, G. G. de. O manual escolar 'Noções de História da Educação' (Theobaldo Miranda Santos) como material pedagógico no ensino da História da Educação do Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio (Patrocínio - Minas Gerais, 1947 - 1971). In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação (VII CBHE)**, 2013, Cuiabá - MT.

MONARCHA, C. R. S. **A reinvenção da cidade e da multidão**: dimensões da modernidade brasileira. A Escola Nova. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

MORAES, M. C. M. Educação e Política nos anos 30: A presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n.174, p. 291-321, 1992.

ROBALLO, R. O. B. **História da Educação e a formação de professoras normalistas**: as noções de Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda dos Santos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 150 f. 2007.

SANTOS, T. M. **Noções de História da Educação**. 7^a ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957.

SOUZA, A. C. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, p. 1-12, 2014.